

Artigo do Curso: “Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social
na América Latina - Módulo 4: Elaboração e análise de projetos em
economia solidária e tecnologia social”

OS CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO PLURINACIONAL E COMUNITÁRIA NA BOLÍVIA



Ligia S. Bensadon
Dezembro de 2010

Sumário

Apresentação, 3

Características gerais e Histórico, 3

A Proposta de um Estado Plurinacional Comunitário, 9

Alguns destaques na construção da proposta, 14

Internamente, 14

Externamente, 18

Autogestão: a engrenagem da mudança, 21

A relação com a tecnologia, 24

Um exemplo de tecnologia social na questão da água, 27

Considerações finais, 33

Referências Bibliográficas, 35

Apresentação

*Destruyeron nuestras cosechas
cortaron nuestras ramas
quemaron los troncos de nuestros árboles
pero no pudieron matar nuestras raíces¹.*

Quando analisamos a América Latina, neste início de terceiro milênio, observamos muitas mudanças em curso, algumas congruentes, outras nem tanto, mas todas muito instigantes. Na Venezuela um governo autônimo bolivariano segue conclamando a região para uma mudança de esquerda e ao fortalecimento da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas); na Bolívia elege-se um presidente indígena que orquestra mudanças a favor dos povos indígenas; por outro lado, na vizinha Colômbia a interferência dos EUA se intensifica, com a justificativa de combater o narcotráfico. Entender estas mudanças é parte fundamental quando pensamos nas perspectivas de mudanças estruturais na América Latina.

Este artigo foca-se em uma reflexão sobre as recentes experiências de participação comunitária, autogestão e propostas de desenvolvimento na Bolívia, até o final do primeiro mandato de Evo Morales; buscando realizar um diálogo entre o que foi pesquisado nas leituras sobre o caso boliviano, e conectar com as teorias e pensamentos vistos durante o curso na Unicamp “Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina”, visualizando perspectivas e desafios para este país.

Características gerais e Histórico

A trajetória sociopolítica, ambiental e econômica do país traz muitas marcas que ajudam a pensar na sua conjuntura atual. A Bolívia foi palco de disputas e explorações, de praxe dos países latinos que foram colonizados, como coloca Darcy (1986), resultado de um processo civilizatório de exploração econômica. Mas neste país, a exploração se deu de modo peculiar, um tanto forte e segregador. No entanto, mudanças e

¹ Ditado Maia, disponível em:
<http://www.counterpunch.org/cockcroft11282008.html>

transformações estruturais também estiveram presentes no seu histórico, resultado da manifestação da população.

De riquezas minerais e hidrocarbonetos prosperante, os espanhóis não tardaram em viabilizar o seu escoamento, tornando-se Potosí uma rica província.

A população, de ascendência indígena, tinha na comunidade camponesa a célula base das sociedades indígenas, e sofreu com tributos e trabalhos compulsórios. Das revoltas registradas desse período tem-se a do líder aymara Tupac Katari em 1781, e entre os territórios peruanos e bolivianos a revolta liderada pelo inca Tupas Amaru no mesmo ano; ambas contra a exploração espanhola. Nesta época os territórios tinham outras fronteiras, abrangendo grandes extensões de terra sob domínio espanhol.



Com a ajuda de Bolívar, o país obteve sua independência em 1835, mas que pouco mudou sua realidade, com a população ainda em semicativeiros; impostos abusivos pelos caudilhos; ciclos econômicos que beneficiavam os países estrangeiros

O isolamento boliviano foi um fator que impulsionou sua estagnação e parco

Fonte: Folha on-line

povoamento; principalmente, quando perde territórios e acesso ao mar, em 1879 na guerra com o Chile. Em seguida, e por muito tempo, a política do país foi dominada por governos oligárquicos, senão conservadores e liberais; ambos que privilegiavam investimentos externos e a concentração econômica.

O Brasil também teve participação na trajetória de perdas do país, ao ficar com o Acre e o acesso aos rios que desembocam no Atlântico em 1903. *“O país perdeu assim, metade de seu território no período de um século”* (LAROUSSE, 1995)

Após a guerra do Chaco em 1932, na disputa de territórios com o Paraguai pelo acesso ao rio da Prata, eclodida com a descoberta de petróleo nessa região, jovens oficiais ocupam o poder e fazem mudanças importantes, como a nacionalização de concessões petrolíferas, criação de

sindicatos dos mineiros, criação de partidos de esquerda, entre 1937 e 1945.

Quando os EUA interferem no mercado de estanho, novamente há um levante, a revolução de abril de 1952; trazendo ao poder, com apoio dos mineiros, camponeses e classes médias, o Movimento Nacionalista Revolucionário. Este que traz reformas importantes como a reforma agrária, com a devolução de terras aos indígenas usurpados, nacionalização de companhias e supressão do exército.

Vale ressaltar que a formação de consciência de classe na Bolívia ocorreu, principalmente, através da experiência com os sindicatos dos mineiros, com uma identidade colectiva e uma existência mobilizada como classe durante 50 anos. *Lo que los trabajadores hicieron en la historia desde 1940 hasta 1990, lo han hecho bajo la forma sindicato: han luchando en él, han hecho una revolución (y eso no es poca cosa), han obtenido derechos, han conquistado salud y vivienda, han protegido a sus familias, han enterrado a sus muertos*². Como símbolo disto a COB (Central Operária Boliviana) é vista como uma estrutura de mobilização nacional criada pelos trabalhadores, com práticas organizadas e institucionalizadas.

No entanto, como havia uma forte crise econômica já de algum tempo, os militares assumem o poder, havendo um golpe no mesmo ano que no Brasil, em 1964. Esse mesmo poder foi o que acabou com as guerrilhas, com destaque para a morte de Che Guevara em 1967. Neste período sucessivos generais tomam o poder, inclusive uma tentativa de programa socialista ocorre em 1971 com a *Asamblea de los Pueblos, respaldada por el gobierno militar del general Juan José Torres, aprobó una alianza de campesinos y trabajadores, y un programa para el socialismo*, mas que foi derrotada por um golpe militar.

Apenas em 1982 é que chega ao poder, eleito pelo Congresso, Hernan Zuazo, dando início ao regime civil em meio a crise econômica, que tem receitas, principalmente, a partir do tráfico da cocaína. De 1981 a 1985 há forte instabilidade política com hiperinflação. O país segue a risca a proposta ditada pelos agentes bancários internacionais, como o FMI; obtendo forte dívida externa e privatizações de setores; mesmo com

² LINERA, Alvaro Garcia. LA POTENCIA PLEBEYA: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia

governos ditos de esquerda. Nesse período, *los movimientos de resistencia de Bolivia alcanzaron nuevos niveles de organización basada en la comunidad. Se perfeccionaron los bloqueos de carreteras y otros actos de desobediencia civil. Los comités de mujeres, una institución tradicional entre los mineros, empezaron a dirigir las barriadas urbanas. Un sindicato de vendedores callejeros iba creciendo cada año hasta llegar a sus actuales 800.000 miembros. Los ciudadanos bolivianos hicieron enormes manifestaciones bajo las consignas de “Por la vida y la paz”, “Por la vida y el pan” y “El pueblo antes que los beneficios”*³.

Em 1993 é a primeira vez que o país vê como ocupante de cargo da vice-presidência um indígena. Ainda neste período, a economia vivia da subsistência (batata, cevada, quinoa, milho, arroz, ovinos e lhamas) com sua população indígena, residente historicamente nos andes.

No início do século XXI novas agitações se fizeram presentes, *Gonzalo Sanchez de Lozada* eleito a partir de estratégias de manipulação de opinião, com subsídio de uma empresa norte americana⁴, subiu ao poder com baixo apoio popular, além de atuar com políticas neoliberais, o que acirrou as agitações sociais, gerando uma onda de protestos violentos que provocou a morte de mais de 60 pessoas. Isso porque em 2003 ocorreu a Guerra do gás, quando a população, que era desprovida do próprio gás que produzia, revoltou-se contra a exportação do recurso aos EUA via um porto do Chile proposto por Gonzalo.

Gonzalo renuncia em 2003 e Carlos Mesa assume, mas sem desempenhar uma política a favor da população e entrega sua carta de renúncia em 2005. Seu pedido foi rejeitado pelo Congresso, mas diante dos insistentes bloqueios, protestos e manifestações nas ruas, que provocaram o temor de uma guerra civil, Mesa voltou a apresentar sua renúncia em junho do mesmo ano, quando teve a aceitação do Legislativo.

*O então presidente da Corte Suprema de Justiça, Eduardo Rodríguez, assumiu a Presidência de forma provisória e convocou eleições antecipadas para 18 de dezembro*⁵.

³ Disponível em: <http://www.counterpunch.org/cockcroft11282008.html>

⁴ Vide filme “Crise é o nosso negócio” de Rachel Boynton.

⁵ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95537.shtml>

A crise que o país passou, com a *emergencia de los movimientos sociales como actores políticos privilegiados durante el llamado "Ciclo Rebelde" de 2000 a 2005*⁶, é reflexo da crise do sistema neoliberal, um momento que deslegitimou a política através dos partidos políticos, reinvidicando-se a ação política direta nos territórios, que culmina na Assembléia Constituinte com o desenho de um Estado paralelo autorganizado.

O partido MAS (Movimento ao Socialismo) surge anteriormente a esse processo, como uma resposta a estratégia do então presidente Lozada que cria a Lei de Participação Popular, com o movimento campesino e indígena criando sua própria estrutura partidária. O MAS é um organismo político de raízes sindicais, com grande participação de produtores de coca e teve Evo Morales como liderança.



Con Evo, Fieles y Leales!

Em 2006 o líder cocaleiro Evo Morales, 46, venceu as eleições com 54% dos votos, através do partido MAS, melhor desempenho de um candidato desde que o país retornou à democracia, em 1982⁷.

As mudanças e agitações políticas que vinham em curso levaram à presidência o primeiro indígena boliviano, que não tardou em invadir com tropas do exército uma instalação da Petrobrás e nacionalizar a extração dos hidrocarbonetos do país, realizando um acordo com as empresas, benéfico ao país.

Também como exigência dos movimentos sociais, Evo, em 2008, converteu a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) estatal de petróleo e gás, em uma empresa corporativa, ou seja, que lhe permite operar em toda a cadeia de hidrocarbonetos, para que o gás boliviano seja industrializado, fortalecendo a YPFB, a qual passou a reger-se, via decreto, *pelos princípios da política nacional de hidrocarbonetos, como garantir a propriedade estatal sobre os energéticos, contribuir ao desenvolvimento nacional, satisfazer as necessidades hidrocarboríferas e a segurança energética do povo boliviano, consolidar o desenvolvimento do setor para*

⁶ GALVÁN. La crisis estatal en Bolivia. De la llegada al gobierno del Movimiento Al Socialismo a los Referendos revocatorios, 2008.

⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95537.shtml>

*benefício da população e ter uma gestão eficiente, transparente e operativa, seja na matriz, seja em suas subsidiárias*⁸.

*Como bem coloca Mansur, O elevado grau de protagonismo dos movimentos populares na política nacional, o simples fato do país ter elegido um presidente indígena, os embates acirrados com uma elite racista – que fazem de um golpe de Estado uma possibilidade plausível –, as lutas internacionais para garantir a soberania sobre seus recursos naturais, a forte presença do componente étnico como motor de mobilização, as mudanças feitas na Constituição de um país que agora se define como Estado Plurinacional, entre outros elementos, atraem os olhares para a Bolívia e a credenciam como um dos principais laboratórios políticos da atualidade.*⁹

A Bolívia hoje reconhece 36 povos originários, compondo uma organização multifacetada. A diversidade cultural constitui a base desse Estado Plurinacional, sendo a interculturalidade um instrumento para coesão e convivência harmônica entre os povos.

Mas esse reconhecimento teve e tem longas lutas, a começar pelo longo período de colonização pelo qual passou a Bolívia, que para além de explorar os recursos naturais, trouxe a individualização do pensamento¹⁰.

Assim como os demais países latino-americanos, a Bolívia tem uma forte desigualdade social, com marcas fortes de uma segregação que inclui diferenças étnicas e raciais. A elite dominante branca, negava as raízes e a maioria da população indígena. Outra característica do quadro boliviano é de haver uma esquerda tradicional, que se manteve por tempos no poder, sem que desse espaço para representação direta dos diversos povos existentes¹¹.

Por outro lado, segundo Pablo Regalsky, ao analisar o MAS, *lamentavelmente, a partir do momento que começava a governar este*

⁸ Disponível em <http://www.iela.ufsc.br/>

⁹ Mansur, Vinicus, Em “Nosso modelo não é comunista, comunitário”. Disponível no site: www.alainet.org

¹⁰ Fernando Huanacuni, uma das principais referências intelectuais dos aymara na Bolívia. Em “Nosso modelo não é comunista, comunitário”. Disponível no site: www.alainet.org

¹¹ Guzmán, Ismael. Em “Y se llamará Asamblea Legislativa Plurinacional”. Disponível no site: www.alainet.org.

partido campesino acabava administrando uma parte do Estado capitalista e tentava resolver a crise do Estado-Nação, quando perde seu caráter original ao se confluir com as estruturas de um Estado de pequenas obras e fraccionamentos, criando uma burocracia de partido. Para ele, a partir de 2003 o MAS se torna uma força conciliadora.

Ainda na linha da crítica anterior, a queda do regime neoliberal não gerou a queda do Estado e *se produjo entonces una situación de incertidumbre y un relativo “vacío de poder”, durante la cual los movimientos demostraron, en su dispersión, ser incapaces de instituir formas alternativas de poder a escala nacional*¹². Para Zibechi, a subida de Evo resultou em perda de autonomia dos movimentos sociais, ao se atrelarem as ações estatais. Neste quadro se levanta a questão sobre qual a capacidade de autogestão de uma nação, o que seria uma autogestão em escala nacional? Questões que são trabalhadas no decorrer deste texto.

No final de 2009 o país entrou em mais um momento de agitação com as eleições presidenciais. Melhor do que em 2005, quando Evo obteve 53,7% dos votos, em 2009 foram 63,3%, garantindo a continuidade de seu governom também com a garantia do MAS na Assembléia Plurinacional. Enquanto desafios deste novo mandato estão colocados: a consolidação de seu governo, efetivar as mudanças aprovadas na constituição, manter o forte apoio as estatais e aumentar a eficiência do Estado¹³.

A Proposta de um Estado Plurinacional Comunitário

Um fator que impulsiona as experiências bolivianas é a presença da cultura indígena, como conta Huanacuni¹⁴, *a vida tem ciclos, sejam de espaçamento pequeno ou grande no tempo, e nesta projeção, a história vai voltar a ascender. Nossos avós, de diferentes culturas indígenas, sabiam desses ciclos, do renascimento do sol, por isso começaram a se organizar. Em 1992, diferentes povos se reuniram para poder começar esse novo sol.*

¹² GALVÁN . La crisis estatal en Bolivia. De la llegada al gobierno del Movimiento Al Socialismo a los Referendos revocatorios, 2008.

¹³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u662502.shtml>

¹⁴ Huanacuni, Fernando. Em “Nosso modelo não é comunista, comunitário”. Disponível no site: www.alainet.org

E as culturas antigas guardaram, sobretudo, valores e princípios, e isso é o que agora está renascendo, porque é necessário, é questão de vida, não somente algo político ou social. Apesar da parte política ser a que mais se vê, a parte espiritual, as oferendas, as cerimônias, é que são a base fundamental de toda a força política, social, jurídica, econômica e educativa. Para Huanacuni, a vida depende do equilíbrio dos ciclos, ou seja, da natureza. Na Constituição da Bolívia, e também do Equador, há o reconhecimento da natureza ou da Pachamama, a mãe Terra, ultrapassando o enfoque ocidental que considera apenas os direitos humanos e acesso a bens materiais.

Como poeticamente expõe o preâmbulo da nova Constituição boliviana:

“En tiempos inmemoriales se erigieron montañas, se desplazaron ríos, se formaron lagos. Nuestra amazonia, nuestro chaco, nuestro altiplano y nuestros llanos y valles se cubrieron de verdes y flores. Poblamos esta sagrada Madre Tierra con rostros diferentes, y comprendimos desde entonces la pluralidad vigente de todas las cosas y nuestra diversidad como seres y culturas. Así conformamos nuestros pueblos, y jamás comprendimos el racismo hasta que lo sufrimos desde los funestos tiempos de la colonia”¹⁵.

Os discursos do governo falam em descolonização, um processo para sensibilizar, naturalizar e retornar ao conceito comunitário e de reinjetar os excedentes para o país; tirando-o das amarras da dependência política, econômica e cultural de países estrangeiros. Também para com os conterrâneos latino-americanos, que precisam se encontrar com os indígenas, ao invés de se voltarem a Europa¹⁶.

Como define o preâmbulo da Constituição do país:

“Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora

¹⁵ Preâmbulo da **Nueva Constitución Política del Estado**, Outubro 2008.

¹⁶ Huanacuni, Fernando. Em “Nosso modelo não é comunista, comunitário”. Disponível no site: www.alainet.org

*e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos*¹⁷.

Um exemplo dessa valorização cultural é o caso da coca, cultura originária, que promove a coesão social, produto historicamente consumido no país, oficializado na constituição e em lei.

Uma dificuldade de se analisar essa experiência é de não conceituá-la de acordo com modelos teóricos ocidentais e europeus de esquerda. Isso porque o conceito é para além do material, do humano e de sua monetarização; abarca a comunidade e toda natureza. Além disso, também ultrapassa a visão da esquerda tradicional que visualiza o impulso da revolução pela classe trabalhadora e operária; o qual teria uma vanguarda de intelectuais. Como coloca o vice-presidente boliviano, o foco é por uma vertente *camponesa-agrária-indígena com um novo marxismo*¹⁸, ou seja, uma união entre indianismo e marxismo.

Tal definição assemelha-se com o de Lowy (1999) de ecossocialismo, aonde a lógica do mercado e lucro são incompatíveis com as exigências ecológicas, e os trabalhadores e suas organizações são forças de mudança, propondo-se uma economia moral, com base em critérios não monetários e extra-econômicos, uma mudança de civilização, que necessita de uma reorientação tecnológica, da produção e do consumo.

Outra característica dos povos indígenas é que o território é a base fundamental para a projeção da vida como grupo social; e este componente é o articulador da relação com o Estado, com a reconfiguração das terras comunitárias de origem, nas atuais autonomias indígenas, que controlam seus recursos e dão cabo de seu desenvolvimento; no conceito de um Estado plurinacional. A proposta é profunda na forma em que cada autonomia indígena se auto-organiza, carregando as marcas do desenvolvimento local sustentável:

Gestión Territorial como un proceso en construcción, que permite a los pueblos indígenas consolidar sus espacios territoriales promoviendo el uso y manejo racional de los recursos naturales y humanos, donde se pueden

¹⁷ Preâmbulo da **Nueva Constitución Política del Estado** , Outubro 2008.

¹⁸ Artigo “Precisamos de uma Internacional de movimentos sociais” Brasil de Fato. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>

*identificar al menos las siguientes dimensiones: una económica, caracterizada por un sistema de producción que permite a los productores indígenas usar eficientemente los factores productivos, generar economías de escala y aumentar la productividad a niveles que permitan mejorar la competitividad en los mercados; otra sociocultural, en la cual el sistema de relaciones económicas y sociales, las estructuras organizativas y los valores sirven de base al proceso de desarrollo; finalmente, la política y administrativa, en que las iniciativas de los pueblo indígenas puedan establecer un entorno local favorable a la producción e impulsar un desarrollo armónico dentro de su espacio territorial.*¹⁹

A noção de desenvolvimento indígena se vincula a *idéia de sentir-se bem como resultado de estar cômodo em uma territorialidade própria*²⁰, tanto nos aspectos materiais, quanto imateriais, pessoais e comunitários.

Tem-se como meta uma maior coesão do território, sem que haja brechas entre grupos sociais e regiões. Enquanto um dos instrumentos para tal, o governo boliviano formulou o Estatuto das Autonomias que define os mecanismos de transferência e delegação, estruturando a coordenação entre o que é central e o que é territorial.²¹

Há assim um novo arranjo de poder público, que se não exclui a necessidade do Estado em repartir e reordenar a distribuição dos recursos, tende a mostrar que pode viver sem ele.

Por outro lado, segundo o vice-presidente Linera, foi incorporada a *democracia comunitária como uma das democracias legítimas no modo de produção de decisões do Estado. Ou a incorporação do controle social pela via das estruturas sindicais, associativas, comunitárias, para a administração do Estado. E no plano econômico incorporamos, reconhecemos, fomentamos e financiamos as estruturas comunitárias da sociedade como parte da área produtiva que tem que decidir uma parte do investimento do TGN*²².

¹⁹ Arandia, Marcelo, Em "La gestión territorial, el camino a seguir por las autonomías indígenas". Disponível em: www.alainet.org

²⁰ Ismael Guzmán e Mariluz Guaj. Em "Noción de desarrollo en el mundo indígena". Disponível em: www.alainet.org

²¹ Arandia, Marcelo "Las autonomías, una estrategia de transformación socioeconómica para el país...?" Disponível em: www.alainet.org

Retomando as críticas de Zibechi, as falas do vice-presidente mostram como a subida de Evo foi uma solução que catalizou as agitações populares de forma institucional, ao mesmo tempo que mantinha acesa a esperança de mudanças na forma de fazer política nacional. Ou seja, *el Movimiento Al Socialismo parece haber acertado al ofrecerse como salida intermedia entre una insurrección que no llegaba y una restauración que parecía impotente*²³.

Uma prática existente nas comunidades bolivianas, segundo Huanacuni²⁴, é de que não há eleições. *Nós não queremos a democracia, como agora se conhece, porque ganha o que faz mais campanha, o que tem mais dinheiro, o que tem mais poder de influência nos meios de comunicação. Aqui, um é a autoridade em um ano, no ano seguinte é outro, no seguinte outro, ninguém pode repetir. Todos têm que participar e todos têm que se desenvolver como autoridade. Porque se alguém se mantém, algo vai falhar na sua mente e tudo vai se desequilibrar. Então, para que descanse, se passa para o outro.*

Outra mudança na constituição, que foi aprovada em referendo constituinte, no cenário de transição para Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, é de que a propriedade máxima de terra é de até 5.000 hectares²⁵. E apenas se garante a propriedade privada caso seu uso não seja prejudicial ao coletivo.

Por outro lado, um aspecto de crítica e ambiguidade na questão da nova constituição é a ênfase excessiva nas autonomias locais indígenas, sem dar atenção adequada aos 70% da população urbana ou ao papel das mulheres na criação e defesa das economias informais, que são chaves para sobrevivência²⁶.

²² Artigo disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=4826>

²³ GALVÁN. La crisis estatal en Bolivia. De la llegada al gobierno del Movimiento Al Socialismo a los Referendos revocatorios, 2008.

²⁴ Arandia, Marcelo "Las autonomías, una estrategia de transformación socioeconómica para el país...?" Disponível em: www.alainet.org

²⁵ Guayacuma, Edgar F. Izurieta. "De la promulgación de la nueva Constitución y las posibilidades de cambio". Disponível em: www.alainet.org

²⁶ Disponível em: <http://www.counterpunch.org/cockcroft11282008.html>

Para Pablo Regalsky, *um Estado Plurinacional é um Estado de máxima democracia, no qual a soberania já não a detém o Estado, mas a detém o povo. O povo não somente é o depositário da soberania em última instância, que a delega nas eleições aos partidos políticos, mas neste caso a conserva e a preserva. E isso o exerce inclusive através de seus usos e costumes. Ou seja, através das autonomias indígenas ou interculturales, o povo designa sua autoridade não necessariamente de acordo a uma lei uniforme, se não de acordo ao que democraticamente este povo decide como deve ser a forma desta autoridade. É um projeto de máxima democracia, quase inaplicável na atualidade, porque sabemos que o povo não tem o poder, as multinacionais o têm, os meios de comunicação. Mas como projeto há como apontar isso, apontar um estado no qual existe pluralismo jurídico, no qual as autonomias estabelecem pelas decisões que tem o próprio povo e não por uma lei uniforme e nem por uma cultura uniforme*²⁷.

Na visão de Regalsky não existe de fato um Estado Plurinacional, mas uma cooptação através do partido MAS, além da sua descrença sobre o processo da Assembléia Constituinte. Momento este avaliado por uma representação partidarista, estatal e liberal, sem a necessária participação dos movimentos sociais.

Alguns destaques na construção da proposta

Internamente

Uma polêmica forte na política do país, desde a posse de Evo, é a oposição e as províncias de direita; que em dezembro de 2007 decretaram suas próprias autonomias, aproveitando as novas nuances políticas. Existem embates, principalmente porque mudanças que afetam todo o país não aderem apoio destas províncias (Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando) e grupos de oposição, acirrando-se uma polarização espacial, além da já existente racial e étnica, com a direita controlando as áreas mais ricas e o governo nas mais populosas. Um exemplo foi com a criação da 'renda dignidade', segundo Linera, criada para idosos com uso de impostos de

²⁷ Disponível em <http://www.debatesocialista.com.br/pableregalsky.html>

hidrocarbonetos, antes destinados aos municípios e governos departamentais. Como universalizar as propostas de mudança com fortes grupos de oposição, principalmente da classe alta e média, sem descendência indígena?

Quando mudanças ligadas a inclusão social, como o programa de analfabetismo que em 21 meses, alfabetizou 55% por cento da população iletrada da Bolívia, também nas línguas aymara e quéchua; como pensar na sua relação com um grupo opositor minoritário? Que busca bloquear qualquer tipo de negociação, a espera de prolongar uma crise para uma mudança de governo, com um poder dual regionalizado. Nesse contexto, o atual governo viu-se forçado a fazer concessões, causa da demora da aprovação da nova constituinte do país, nas palavras de seu vice-presidente, uma constituição para *solidificar uma série de pontos de apoio irreversíveis, de conquistas e mandos conquistados historicamente pela trama das lutas de poder de uma sociedade*²⁸.

Segundo Pablo Regalsky, esta organização da direita boliviana tem o respaldo dos grandes capitalistas brasileiros do petróleo e da soja²⁹. Isso porque os sojeiros brasileiros, colombianos e peruanos controlam as melhores terras produtivas do oriente, além da entrada na política de Santa Cruz, e na própria Petrobrás. *Toda esta ofensiva política da direita, que as pessoas dizem "são os cruceños, são os cambas", na verdade está plenamente respaldada pelo projeto expansionista, imperial brasileiro - através dos capitalistas sojeiros e do grande capital petrolero*³⁰. Situação esta que para o autor é respaldada e permitida pelo atual governo do MAS.

Referendando a questão da concentração: *Los intereses económicos brasileños suponen el 20% del PNB boliviano. Los rentables sectores de la energía y minero venden gas que alimenta el 70% de la industria de São Paulo, Brasil, la mayor ciudad de América del sur. Brasil controla el 35% de la principal exportación agrícola de Bolivia, la soja. Algunos hacendados brasileños, junto con un centenar de familias bolivianas, controlan cinco sextas partes de las tierras agrícolas de Bolivia.*

²⁸ Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=4826>

²⁹ Disponível em <http://www.debatesocialista.com.br/pabloregalsky.html>

³⁰ Idem

Por outro lado, na tensão governo - oposição, em maio de 2008 o governo obteve novamente apoio e legitimidade popular no referendo revogatório, seguido de forte resposta estatal e popular ao levante golpista da oposição, que não tem um projeto de poder, embora ainda mantenha poder de veto em diversas esferas e controle em algumas atividades econômicas. Um fato que fortalece o atual governo é a liderança e carisma do presidente Evo. Outro fator destacado pelo vice-presidente Linera, que auxilia na consolidação do atual governo, é a ética no serviço público, que impede a consolidação de redes de influência e corrupção ou da consequente mudança de pessoal para o partido que está no governo: *enfaticamente sob a concepção da política como uma espécie de longo "serviço militar" para servir à sociedade*³¹. Tanto que um dos membros cotados de ser sucessor, foi afastado da estatal YPF por denúncia de corrupção. Medidas como essa impactam na ausência de quadros com experiência, já que não há contratação de militantes de partido, segundo Linera.

No segundo capítulo da Constituição, quanto aos princípios, valores e fins do Estado, no artigo 8 tem-se:

*"El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble)"*³².

No entanto, na visão crítica de Pablo Regalsky, o processo da Assembléia Constituinte privilegiou os representantes do MAS ligados ao aparato burocrático do partido, sem serem eleitos pelas organizações camponesas indígenas, e sendo poucos os representantes diretos - guaranis, chiquitanos, das organizações indígenas camponesas. *Temos uma grande contradição entre o fato da assembléia constituinte ser um resultado de uma gigantesca mobilização social, camponesa, indígena e também urbana e o fato de*

³¹ Idem

³² Capítulo segundo, Artículo 8. I. **Nueva Constitución Política del Estado**, Octubre 2008.

*que ela finalmente foi capturada pelos partidos políticos - e aí inclusive o MAS*³³.

Por outro lado, um forte impulsionador estrutural do atual governo é a estatal YPFB que sustenta economicamente as políticas empreendidas, a *base material da soberania reconquistada* ou o *coração da economia boliviana*³⁴. Antes apenas 27% do lucro dos hidrocarbonetos ficavam no país, com Evo isso gira em torno de 65 e 77%.

Na visão de Pablo Regalsky, as propriedades das concessões petrolíferas segue em mãos das mesmas empresas, sendo apenas renegociadas as porcentagens para o país. Para ele, *o capital supostamente brasileiro da Petrobrás aqui representa os interesses de um expansionismo brasileiro que é de fato um projeto de hegemonia sobre os recursos naturais bolivianos e representa um projeto imperialista*³⁵, com o governo brasileiro exercendo forte influência nas políticas bolivianas.

Já no plano cultural, para esta descolonização a *escola e a universidade vão ensinar obrigatoriamente em três idiomas: castelhano - como idioma de integração -, uma língua estrangeira - como idioma de comunicação com o mundo - e um idioma dominante na região (aymara em La Paz, quechua em Cochabamba e guaraní em Santa Cruz)*. No âmbito do Estado, os funcionários públicos devem aprender um idioma indígena também de acordo com a zona. O mesmo deve ocorrer com as publicações, os discursos estatais públicos. E seguindo no plano cultural, a descolonização da memória, a reivindicação oficial de outros heróis, das datas dos povos indígenas. A história diversa, mestiça e indígena, tem que ser oficializada nos textos de ensino³⁶. Na esfera dos serviços públicos, ao lado de um médico se coloca um naturista; ao lado da enfermeira uma parteira, para opção do cidadão. Como reflete Linera, além das mudanças culturais, há também uma outra proposta de civilização, de se entender a vida, a morte, etc. Ou seja, é nacionalizar práticas culturais historicamente suprimidas pela colonização.

³³ Disponível em <http://www.debatesocialista.com.br/pabloregalsky.html>

³⁴ Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=4826>

³⁵ Disponível em <http://www.debatesocialista.com.br/pabloregalsky.html>

³⁶ Idem

No entanto, há uma contradição entre meios e fins da proposta; se por um lado busca-se expandir uma política de Estado de proteção ao meio ambiente, para o uso sustentável da natureza, seguindo as tradições indígenas, e da cobertura dos direitos sociais; por outro, as mudanças requerem uma produção em grande escala, com a implementação de processos de industrialização expansiva, principalmente dos hidrocarbonetos, que habilitem excedente social para sua redistribuição e para o apoio a outros processos de modernização camponesa e comunitária artesanal. Além disso, fica a questão de que, sendo os hidrocarbonetos um recurso finito, qual a perspectiva de impulso por esta riqueza? E quando acabar este recurso? Uma possível resposta está na constituição do país, quando é função do Estado: *“Promover y garantizar el aprovechamiento responsable y planificado de los recursos naturales, e impulsar su industrialización, a través del desarrollo y del fortalecimiento de la base productiva en sus diferentes dimensiones y niveles, así como la conservación del medio ambiente, para el bienestar de las generaciones actuales y futuras”*³⁷. Ou seja, usar os recursos naturais para impulsionar outros segmentos econômicos e produtivos do país.

Externamente

Alianças da Bolívia com países latinos são realizadas, intensificando-se há alguns anos, principalmente com Venezuela e Cuba. Com Cuba, por exemplo, um acordo de cooperação³⁸ desde 2006 permitiu atendimento médico, remédios e instalações modernas cubanas no território boliviano, para uma população não habituada a ver a saúde e o acesso médico como direito. Mesmo com uma forte oposição dos setores conservadores, a cooperação entre os dois países se fortalece.

³⁷ Capítulo segundo, Artigo 9, 6. **Nueva Constitución Política del Estado** , Outubro 2008.

³⁸ Informações disponíveis em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/internacional/saude-para-dar-nao-para-vender-1/view> . Acesso em 22/12/2009.

Nas palavras do vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera³⁹, na América Latina, *pela primeira vez em 100 anos há uma sintonia territorial da esquerda, com governos progressistas e revolucionários (...) um ascenso da esquerda através da via democrática-eleitoral, por ser a primeira vez que ela projeta estratégias de caráter estrutural coordenadas a nível continental*⁴⁰. Concretizando-se em áreas de economia e comércio, por exemplo, e sem que haja uma ideologia de esquerda dominante.

Assim como Huanacuni definiu que a vida tem ciclos, Linera interpreta a transformação desta forma, avaliando que estamos em um momento germinal, em um processo longo e lento, que, segunda ele, *vai requerer ainda várias levas de ascenso social e popular que permitam despertar toda a potência desse momento histórico, que ainda não se fez visibilizar totalmente. Ainda faltam novas ondas. Não esqueça que Marx usava o conceito de revolução por ondas. Elas vão e voltam, logo vêm de novo e regressam um pouco*⁴¹

Quanto a perspectiva sobre a América Latina, nas duas estratégias presentes, UNASUL e da ALBA, Linera coloca que a UNASUL *é um projeto continental, fruto da surpreendente simultaneidade de governos progressistas em boa parte do continente; e que tal projeto de integração*

³⁹ Nascido em Cochabamba, em 1962, formado em matemática na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e sociólogo autodidata. Ao regressar de seus estudos, começa sua militância na Bolívia, vinculado às Células Mineiras de Base, grupo que se funde aos Ayllus Rojos nas atividades de propaganda e organização de comunidades do altiplano. Posteriormente, ingressa no Exército Guerrilheiro indígena Túpac Katari (EGTK). Em 1992, é preso, acusado de sublevação e levantamento armado, ficando encarcerado por cinco anos, tempo em que escreve uma de suas principais obras, o livro "Forma valor e forma comunidade". Ao ser libertado, é convidado para ser professor do curso de sociologia da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), a universidade pública de La Paz. Em 2006, assume a vice-presidência, ao lado do presidente Evo Morales, pelo Movimento ao Socialismo (MAS). Em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>

⁴⁰ Artigo "Precisamos de uma Internacional de movimentos sociais" Brasil de Fato. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>

⁴¹ Idem

tem que tomar em conta a unanimidade dos critérios de cada país, sendo um processo lento, estrutural⁴².

Já com a ALBA Linera coloca que é uma iniciativa de governos progressistas muito mais afins, o que permite maior velocidade em relação à Unasul. Tanto Mercosul como Alba deveriam dissolver-se no interior da Unasul, isso vai demorar décadas. Alba e Mercosul são estruturas de ação imediata. Vão assumir um conjunto de tarefas mais rapidamente e mais efetivamente. A Alba está articulando várias coisas ligadas à economia, usando regras que, pela afinidade política, não podem ser tomadas em outro cenário, levando adiante articulações e arranjos econômicos não baseados historicamente em relações de mercado. Ainda muito incipiente, no caso de Bolívia e Venezuela, há um conjunto de atividades econômicas que já não estão necessariamente reguladas pelo mercado. Tem como parâmetro máximo o mercado, tentam construir intercâmbios comerciais a partir de outros critérios. São esforços audazes de complementaridade, como acontecem com os setores têxteis, do petróleo e da soja⁴³.

Ou seja, há uma superação dos paradigmas de relações comerciais, adotando-se outros critérios de relacionamento, de ajuda mútua.

Há também participação popular em assuntos internacionais, no caso de tratados internacionais, sua aprovação se faz mediante referendo popular requerido. Outro ponto a destacar, presente na constituição boliviana, é sua irrenunciável reivindicação marítima, de acesso ao oceano Pacífico, o que remete a histórica desavença com o Chile.

Quanto aos movimentos sociais o vice-presidente expõe a necessidade de se projetar uma internacional continental de movimentos sociais, uma estrutura como uma internacional comunista, de movimentos sociais⁴⁴, para uma aliança continental forte e articulada, com identidade e ação coletiva; que pode ser propagada inicialmente pela Bolívia, tendo em vista sua experiência com movimentos sociais, dado que o próprio partido político que venceu as eleições formou-se da coalizão de movimentos sociais.

⁴² Idem

⁴³ Idem

⁴⁴ Idem

Ações como as colocadas acima despertam uma consciência latino-americana, naquilo que Darcy (1986) analisava como necessidade de uma identificação dos países latinos, saindo de seu provincialismo, rompendo suas fronteiras para a integração além do capital.

Autogestão: a engrenagem da mudança

A experiência da Bolívia é surpreendente, senão singular. Diversos aspectos internos colaboram para que o socialismo comunitário de fato se concretize; vindo de suas bases. Já que segundo Linera, *não há comunismo que não venha da sociedade, não há comunismo de decreto, não há socialismo de Estado, isso é sem sentido*⁴⁵.

Dentre estes aspectos internos: a riqueza gerada pelos hidrocarbonetos e redistribuídas no país; uma coesão cultural, através da cultura indígena e comunitária existente e histórica, e da população majoritariamente de descendência indígena; um governo comprometido em ser um propulsor das mudanças com e para a coletividade, declarando sua missão abertamente e enfrentando a classe de direita estrategicamente.

Está afirmado na Constituição que *“La República de Bolívia adopta para su gobierno la forma democrática participativa, representativa y comunitaria”*⁴⁶. E assim, reconhece outras for de governar o país, que abrange as iniciativas comunitárias e coletivas. E ainda, de acordo com a Constituição do país: *“El pueblo soberano, por medio de la sociedad civil organizada, participará en el diseño de las políticas públicas. (...) ejercerá el control social a la gestión pública em todos los niveles del Estado, y a las empresas e instituciones públicas, mixtas y privadas que administren recursos fiscales. (...) Ejercerá control social a la calidad de los servicios públicos. (...) La sociedad civil se organizará para definir la estructura y composición de la participación y control social”*⁴⁷.

⁴⁵ Artigo “Precisamos de uma Internacional de movimentos sociais” Brasil de Fato. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>

⁴⁶ Capítulo terceiro, Artigo 11. **Nueva Constitución Política del Estado** , Outubro 2008.

⁴⁷ Título V, artigo 241. **Nueva Constitución Política del Estado** , Outubro 2008.

Há uma ampla concepção de controle social, abrangendo, dentre outras coisas: participação na formulação de políticas de Estado, construção coletiva de leis, controle social desenvolvido em todos os níveis de governo e entidades, fluxo transparente de informações, conhecer e se pronunciar acerca de órgãos do Estado, coordenar a planificação com os órgãos do Estado, realizar denúncias quando pertinente e colaborar em procedimentos de observação pública⁴⁸.

Dentro disso, valorizando sua cultura, adota o conceito de “autonomía indígena originária campesina”, que consiste no autogoverno como “*ejercicio de la libre determinación de las naciones y los pueblos indígena originario campesinos, cuya población comparte territorio, cultura, historia, lenguas, y organización o instituciones jurídicas, políticas, sociales y económicas propias*”⁴⁹. É uma reorganização dos territórios respeitando-se suas características históricas, realizadas mediante acordos e referendos, partindo do interesse das localidades para essa mudança. A lei que regulamenta as autonomias fornece definições e suporte desta forma de organização territorial, bem como transferências de recursos e responsabilidades administrativas.

É um amplo reconhecimento e proteção da cultura indígena comunitária, também de sua organização econômica de trabalho em cooperativas e das formas que fortaleçam a soberania econômica do país; sem permitir que a acumulação privada coloque em perigo a soberania econômica do Estado, proibindo-se o monopólio ou oligopólio privado.

De fato, postula-se claramente os objetivos horizontais de desenvolvimento do país; sem permitir que ocorra a “reprodução sóciometabólica do capital” conforme definido por Meszáros (2004). Há uma ideologia igualitária que regue as mudanças, buscando suprimir o legado histórico segregador. Observa-se na Bolívia o que anteviu Darcy (1986), a respeito da grande massa de sobreviventes de descendência indígena imersa em profundas convulsões sociais de caráter étnico, que redefine seu quadro social, e mesmo sua reestruturação em federações de povos autônomos; com o amadurecimento do povo para si mesmo. Ocorre

⁴⁸ Título V, artigo 241. **Nueva Constitución Política del Estado** , Octubre 2008.

⁴⁹ Capítulo sétimo, artigo 289.. **Nueva Constitución Política del Estado** , Octubre 2008.

um conjunto de mudanças e determinações fundamentais, igualitárias e autônomas; além de um “nacionalismo defensivo”, como postulou Constantino *apud* Meszáros (2004). As mudanças efetuadas não são paliativas ou compensatórias, buscam superar a acumulação do capital, na ação conjunta.

Por outro lado, as perspectivas futuras do país, se considerarmos as ondas e os ciclos de mudanças, indicam que a mudança não é linear, por estágios e conjunturas; fica então a questão sobre a continuidade e aprofundamento destas iniciativas e de como não perder os avanços construídos mesmo que nos discursos e papéis.

Ainda em um estágio embrionário, se comparado aos demais países latinos os avanços bolivianos são notórios, principalmente tendo em vista a pobreza histórica desse país. O processo de transformação é complexo e longo, neste país já há passos decisivos.

A partir da análise de Nascimento *apud* Freire, o governo boliviano assumiu um *“compromisso com a denúncia da realidade excludente e o anúncio de possibilidades de sua democratização, bem como o compromisso com a criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades”*⁵⁰. É a proposta de um implante socialista numa magnitude nacional.

A trajetória da política desse país tem forte resposta popular, já que *“As gentes sempre souberam quando era hora de se rebelar e virar o jogo”*. Foi o que aconteceu, em 2004, na caída de Sánchez de Lozada. Segundo uma vendedora de chicha morada, no centro do país – uma bebida típica feita de milho – Marisol Oblitas. Avalia que *“não é do dia para a noite que se muda um país, por isso estamos vendo onde isso vai dar”*. *Penso que o presidente precisa dar mais atenção para a questão do emprego. Tem muita gente indo embora da Bolívia porque não tem como trabalhar*⁵¹. Um exemplo disso é no Brasil, com a vinda de bolivianos em busca de trabalho, muitos deles exercidos de forma precária no centro de São Paulo, como no serviço de costura, por exemplo⁵².

⁵⁰ NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e utopia. Texto digitalizado

⁵¹ Disponível em <http://www.iela.ufsc.br/>

⁵² Tão grande é a colônia boliviana em São Paulo que existe uma feira boliviana no bairro do Brás, com a venda de comidas e produtos típicos, bem como a interação

Já segundo uma militante, “*votamos por uma nova Bolívia, que é um país riquíssimo em prata, estanho e gás*”. Temos recursos e a gente é miserável. Isso precisa mudar. Penso que o presidente vai fazer a riqueza da Bolívia se estender para todos⁵³”.

A autogestão boliviana tende a se encaixar na definição de Tragtenberg aonde “*os trabalhadores devem decidir os objetivos de suas lutas e sua organização deve estar sob seu controle*” (TRAGTENBERG, 1987, 22). Ou seja, a conquista da autogestão é tanto meio, quanto fim da transformação. Nesse contexto “*socialismo não significa somente propriedade comum e controle dos meios de produção e distribuição, significa, também, igualdade, liberdade afetiva, reconhecimento recíproco e uma radical transformação das relações entre os homens. É a autêntica ‘autoconsciência’ do homem*” (TRAGTENBERG, 1987, 22).

Outra importante base das mudanças realizadas é a educação, fundamentada como uma “*educación abierta, humanista, científica, técnica y tecnológica, productiva, territorial, teórica y práctica, liberadora y revolucionaria, crítica y solidaria*”⁵⁴. Assim, vista como uma das forças para dar continuidade e fortalecimento do Estado Plurinacional.

A relação com a tecnologia

Na visão de Ricardo Cardona⁵⁵, as mudanças engendradas no processo popular emergente e antiimperialista necessitam entrar na revolução do

cultural dos emigrantes. Ali, chega-se a pensar que o território é boliviano. Conversando com alguns dos poucos que falam bem o português, um deles se diz facilitador xamânico e considera que ocorre a perda da cultura original pela absorção da ocidental e seu modo de vida e reafirma um ponto já destacado por autores de que a auto-organização é milenar na Bolívia, natural. Outro ponto interessante que destacou é a de que as pessoas que moram perto das montanhas são mais fechadas, porque a montanha absorve energia, já quem mora em regiões tropicais é mais aberto e expansivo. Das pessoas com quem conversei nesta feira a maioria está no Brasil há mais de 10 anos, emigrando para buscar uma vida economicamente melhor e não pensam em voltar para seu país. Visita dia 13/12/2009.

⁵³ Idem

⁵⁴ Capítulo sexto, seção 1, artigo 78, III. **Nueva Constitución Política del Estado**, Outubro 2008.

⁵⁵ Cardona Ricardo, escritor integrante da sociedade de escritores de Bolivia SOBODE-SODESBO “Energía: Bolivia 2010 con el tecnosocialismo productivo y sostenible”. Disponível em: www.alainet.org

conhecimento do século XXI, com um programa *tecnosocialista produtivo e sustentável*. Visando principalmente a segurança alimentar e energética do país, com o tecnosocialismo não apenas na produção, mas também em planificar a base das potencialidades do país, por exemplo, produzindo 10 milhões de toneladas de quinua, e exportando para países da América Latina.

Em Abril de 2010 a Bolívia desponta como referencia na questão homem-natureza ao ser a sede da *Conferencia Mundial de los Pueblos sobre Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra*, um contraponto a outro evento ocorrido em Copenhage, em 2009 na Conveção da ONU sobre Mudanças Climáticas, que ao contrário desta, definiu propostas diretas e profundas sobre o tema, afirmando a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento, até agora imposto pelos países desenvolvidos: de crescimento ilimitado, ganância e dominação do homem sobre a natureza, transformando-a em mercadoria.

Na relação tecnologia e clima concluiu-se na Conferência que *compartir tecnologías apropiadas es una condición necesaria para resolver el cambio climático, sendo que el desarrollo del conocimiento y de la tecnología deben ser vistos como una parte integral de un esfuerzo más amplio para atender las causas de base, estructurales y raíces del cambio climático*⁵⁶.

Além da necessidade da mudança no padrão de consumo, a definição de tecnologia colocada rechaça a sua transferência vertical, defendendo o livre intercâmbio de informações, tecnologias e conhecimentos, que são universais e criados pelos povos, e devem estar a favor da vida. Para isso, a educação tem que estar adequada ao desenvolvimento sustentável e ecológico, em sistemas educativos formais e não formais, atravessando todas as áreas, organizando-se *una concepción educativa basada en el conocimiento de que “la Madre Tierra no nos pertenece, nosotros pertenecemos a ella”*. E dentre outros objetivos definidos pela Conferencia colocou-se formar *una plataforma de intercambio de información, conocimientos y tecnologías de libre adscripción, administrada y mantenida colectivamente entre los pueblos, es decir, una tecnología de conocimiento abierto en respeto de la soberanía de los pueblos*, e ainda, da criação de um Tribunal de Justiça Climática responsável por fiscalizar o cumprimento dos

⁵⁶ Disponível em <http://cmpcc.org/>

compromissos assumidos pelos países na Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, sendo que tais países são obrigados a prover um fundo para desenvolvimento e intercâmbio de tecnologias. Outra proposta de impacto é de se realizar um plebiscito ou referendun popular sobre o tema.

As propostas aplicam os conceitos de tecnologia social, a partir da visão de se desenvolver tecnologias apropriadas relacionada com as necessidades e aptidões locais, diferentes das convencionais verticalizadas, ou seja, *investigación y aplicación de las tecnologías que dan respuesta a las distintas necesidades que tiene cada pueblo*. Segundo Dagnino, tecnologia social seria *o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo* (DAGNINO, 2009, p. 103).

No entanto, há também a busca por viabilizar a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, como definido pela Convenção da ONU, para enfrentar as mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, também se valoriza os conhecimentos ancestrais. Por outro lado, entende-se como barreiras para essa transferência: os altos preços das tecnologias; as patentes; a não adequação da tecnologia para a realidade dos países em desenvolvimento; a falta de desenvolvimento de pesquisas dentro dos países em desenvolvimento e a deficiência para manter a tecnologia nestes países.

Como propostas de enfrentamento são: excluir as patentes e criar centros comuns tecnológicos, que possam desenvolver tecnologias de adaptação e de mitigação.

Esta Conferência foi mais uma mostra dos avanços das discussões e posições bolivianas, levando a frente a necessária mudança na sociedade dominada pelo consumo e na criação de tecnologias sociais e no uso crítico da tecnologia.

Um exemplo de tecnologia social na questão da água

O tema da água também gera conflitos no país, embora seu território tenha grande importância estratégica por conter as nascentes dos principais rios do continente:

*Imbricada no centro da Sul-América, encravada na parte mais alta dos Andes e, contendo um amplo território composto por vales, planícies e selva, Bolívia é o manancial de águas que nutre os dois sistemas fluviais mais importantes da região: o Amazonas e o Prata*⁵⁷

Mesmo com abundância deste recurso, moradores em áreas de bacia convivem com inundações, principalmente na região de Beni, e com a intoxicação das águas devido à exploração das minas e, nas periferias urbanas, com a inexistência de infra-estrutura hídrica, principalmente em Cochabamba. Isso porque este recurso foi privatizado durante o governo neoliberal, restringindo o acesso a água aos ricos e as classes médias⁵⁸. Como exemplo desta situação, na periferia sul de Cochabamba, no bairro de Villa Pagador, em 2001, apenas 15% da população tinha água encanada, e 77% comprava água de caminhões cisterna. Conseqüentemente, as taxas de mortalidade infantil eram o dobro do distrito mais rico, 24%. Ali, as ruas não são asfaltadas, as casas são de adobe e os trabalhos desenvolvidos são no setor de serviços para o centro da cidade⁵⁹.

Como saída para uma situação extrema de privação, a população se organizou para a gestão comunitária deste recurso essencial, seja via comitês de água, cooperativas ou associações; que estruturaram o sistema hídrico para o abastecimento. *A população que integra os sistemas de água comunitários provêm de muitas regiões do país, sendo uma mescla de imigrantes camponeses e mineiros. Os primeiros aportaram suas tradições andinas de trabajo solidário e por turnos, conhecidos como o "ayni", e os*

⁵⁷ LEIGUE, Antonio Peredo. El agua es la mayor riqueza. Disponível em http://www.constituyentesoberana.org/3/noticias/agua/072009/090709_1.html. Acesso em 22.12.2009

⁵⁸ Carpeta de Datos de la Zona Sur de Cochabamba, CEDIB, 2004.. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-41/cochabamba-de-la-guerra-la-gestion-del-agua>

⁵⁹ RAÚL, Zibechi. Cochabamba. De la guerra a la gestión del agua. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-41/cochabamba-de-la-guerra-la-gestion-del-agua>

*segundos sua vasta experiência organizativa nos sindicatos de minas*⁶⁰. Aqueles que não se organizam coletivamente compram água dos caminhões cisternas a preços abusivos e com qualidade duvidosa.

Como conta uma anciana de Villa Pagador: *Cada familia aportaba un boliviano por mes para explosivos, herramientas, alquiler de oficinas. Eran los fondos propios. El trabajo duró tres años. Cada familia tenía que cavar seis metros por mes a medio metro de profundidad; todo esto es terreno de roca, muy duro, por lo que íbamos muy lento. Toda la comunidad participó, y el que no trabajaba se quedaba sin agua. Había un control que se llamaba jefe de manzana para ver cómo se hacía el trabajo. Nosotros poníamos la mano de obra no calificada. La máquina éramos nosotros*⁶¹. Neste percurso, brigas internas e dificuldades em estruturar e manter este sistema com poucos recursos foram enormes; hoje, esta experiência é referência e apoio para outros comitês locais de água.

Nestas experiências, *la autogestión de los servicios y de la infraestructura es percibida por los vecinos como motivo de orgullo y un hecho natural pues no esperan nada de las autoridades*⁶²; existe um forte controle social que sustenta a continuidade destas organizações.

Nesta região há cerca de 150 comitês, e em 2004 surgiu a ASICA-SUR (Asociación de Siste Comunitarios de Agua del Sur) para buscar uma solução unitária ao problema de água, contando com apoio do Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado (SEMAPA) e de uma ONG italiana.

Na avaliação de Zibechi, *cientos de miles de personas se han demostrado a sí mis que son capaces de hacer, de crear algo nuevo desde la nada, con sus propias fuerzas. Quienes aspiren a un mundo nuevo, prácticas como las de los comités de agua serán decisivas. Se trata, nada menos, que de la gestión exitosa de bienes comunes en un medio urbano*⁶³. As palavras de Zibechi já explicam porque estas experiências são exemplos de tecnologia social.

⁶⁰ Idem

⁶¹ Idem

⁶² Idem

⁶³ Idem

Além disso, ocorre ali a reivindicação de demandas territorialmente definidas, aonde o usufruto destas riquezas é dada pela ocupação daquele espaço de território, sem o objetivo de seguir a lógica mercantil e de acumulação, mas sim na defesa das necessidades e tradições locais.

Esta *multitud*, como designa Linera, ou multidão, é uma rede horizontal autônoma em ação, *y que a través de complejos y variados flujos comunicacionales internos van creando un discurso unificadorio, unas demandas, unas metas y unos compromisos para obtenerlas de manera conjunta*⁶⁴. Além disso, o autor compara esta forma organizativa com o sindicato, ao contrário desse que mantém controle e mobilização de seus membros, na organização pela água ocorre o convencimento da causa empreendida, o que garante continuidade na mobilização. Por não ser rígida entre filiados ou não filiados para as ações em reuniões, bloqueios e enfrentamentos, amplia-se a base social de ação e legitimidade, no que designa de “comunidades solidarias locales” porque “en el fondo, nadie se moviliza si no cree”. No entanto, as bases históricas de mobilização têm como referência a experiência organizativa com os sindicatos.

Com a subida de Evo Morales uma nova conjuntura se fez, o Estado passou a apoiar e implementar serviços antes inexistentes. Sendo criada em 2006 o Ministério das águas, no trabalho de preservar o meio ambiente.

Como ressoante dessa mudança, consta na constituição que *“el acceso al agua y alcantarillado constituyen derechos humanos, no son objeto de concesión ni privatización y están sujetos a régimen de licencias y registros, conforme a ley*⁶⁵”.

Com a presença do Estado surgem novos debates, tendo em vista a larga experiência autogestionária destas comunidades, não acostumadas a ter o Estado ao seu lado. E agora, entregar a execução dos serviços básicos a concessão por grandes empresas estatais? Terminam todas as organizações de base, experientes em construir as conexões, mantê-las e gerir as redes? As pessoas irão se converter em usuários individuais dos serviços públicos? Quem terá o poder na gestão da água?

⁶⁴ LINERA, Alvaro Garcia. LA POTENCIA PLEBEYA: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia

⁶⁵ Capítulo segundo, Artigo 20, III. **Nueva Constitución Política del Estado** , Octubre 2008.

Os debates quando da época da privatização ressurgem, e observam que não podem mais ficar na dualidade privado-estatal, frente a corrupção das empresas estatais, controladas por burocratas e técnicos; e a segregação desigual das privadas. Cada modelo com um interesse e forma de controle próprios. A questão da autogestão é mais complexa neste novo contexto. Qual a relação entre poder de base e Estado? Quais os papéis neste contexto?

A partir de um projeto do governo com a ASICA-SUR surgiu a proposta de unificar atuação comunitária com o Estado, numa co-gestão *como um modelo novo de gestão comunitária pública, que ultrapasse o modelo básico de grande empresa estatal, difícil de gestionar e controlar, que se apoie na cultura comunitária e sua larga experiência no manejo dos bens comuns*⁶⁶, atuando na supervisão de projetos empreendidos pelo governo, em comitês consultivos. Mantém-se assim, o poder de base.

A ação comunitária organizada sinaliza uma tecnologia social, já que veio da ação de um coletivo local que em função de um contexto socioeconômico de históricos processos coletivos para organização das condições de vida, realizaram um controle autogestionário e uma cooperação, criando um mecanismo local de estruturação hídrica (DAGNINO, 2009).

A mobilização pela água passou a gerar reflexos na forma de ação política proativa, ampliando e radicalizando o movimiento social, com a institucionalização *de otras maneras de ejercer los derechos democráticos, como el referéndum llevado a cabo en marzo de 2000, o la convocatoria a una Asamblea Constituyente; el control directo del poder político a nivel departamental durante las jornadas de movilización o la propuesta de la implementación de una forma autogestionaria de la provisión de agua potable. Tenemos así una combinación entre defensa de recursos anteriormente poseídos (el agua), con la demanda de recursos que anteriormente no existían, en este caso derechos democráticos y poder político que hacen a la multitud una forma de movilización profundamente tradicional y radicalmente moderna por una parte y, por otra, defensiva y ofensiva a la vez.*

A crescente mobilização mostra um sistema alternativo de poder, que coloca em dúvida a necessidade de um estado, haja vista a construção de

⁶⁶ Idem

uma cultura de autogoverno local que pode ser projetada numa escala departamental ou nacional, colocando em disputa a forma de governo.

Na visão de Linera, *la forma multitud carece de mecanismos duraderos de convocatoria y consulta que permitan rutinarizar ámbitos de presencia de sus componentes. La constitución nacional de la multitud, en caso de darse, será resultado de un largo y paciente trabajo de inter-unificación de confianzas, apoyos mutuos, liderazgos y solidaridades pacientemente trabajadas a escala local*⁶⁷.

Outro exemplo de mobilização ocorreu no levante aimara que dissolveu a estrutura estatal transformando-a em conselhos comunais, realizaram bloqueios nas estradas e nos meios de comunicação, organizando-se para negociação com o próprio governo. Enquanto estratégia para manutenção dos bloqueios novamente a autogestão se pôs em prática: havia um sistema de turnos, *mediante el cual cada veinticuatro horas la gente movilizada de una comunidad es sustituida por la de otra comunidad a fin de permitir que la primera descanse, se dedique durante unos días a sus faenas agrícolas y regrese nuevamente a la movilización cuando le toque su “turno”*. Além disso, os grupos compartilhavam seu alimento e as famílias trabalhavam coletivamente nas terras umas das outras. Para fazer o bloqueio nas estradas utilizaram máquinas sementeiras para espalhar pedra e terra.

Nesta experiência de uma nova forma de poder político, a população recuperou sua capacidade de intervenção e gestão do bem comum, utilizando instrumentos como: as assembléias abertas, soberadas e com igualdade política; comunidades mobilizadas com uma moral de responsabilidade pública e a preponderância do comum sobre o individual; uso da mútua persuasão; Política de igualdade (*Derecho a hablar, a ser oído y a ser reconocido por los poderes instituidos, Derecho a participar de los beneficios del “intelecto social general”, del conocimiento universal y de las creaciones tecnológicas de la modernidad entre indígenas y criollos, entre aimaras y q’aras; derecho a formular las pautas de la modernidad colectiva y la igualdad entre culturas, idiomas, colores, y apellidos*); Política de identidade de alteridade, com a luta de estruturas de representação seja no idioma, no conhecimento dos territórios, nos sistemas de deliberação

⁶⁷ LINERA, Alvaro Garcia. LA POTENCIA PLEBEYA: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia

(que creó un sistema de consulta y ejecución colectiva a gran escala) e numa economia comum com sustentabilidade. Estes foram os meios de reafirmação de um pertencimento a uma colectividade, que se irradiadas podem ser novas formas de autodeterminação social⁶⁸.

O Estado representado por Evo Morales tem que saber respeitar a autonomia dos movimentos e redes sociais, o que é uma condição imprescindível para que o poder constituinte das multidões possa se implantar. O Estado tem que ser um facilitador do empoderamento, aonde *las herramientas productivas son aquellas que permiten la redistribución de la riqueza colectivamente producida a través de los movimientos -en lugar de, como hasta ahora en la historia del país, a través de redes privadas y clientelares- el reconocimiento jurídico de sus formas políticas, la descolonización del conocimiento y la valorización de todos los saberes y formas culturales. Las multitudes bolivianas demuestran un grado asombroso de avance en la capacidad para producir en común. El estado, quizás operando también como órgano subsidiario en la prestación de servicios y cohesión territorial, se convertirá en un mecanismo de emancipación si es capaz de ponerse al servicio de la cooperación social extendida. Esto es tanto como decir reducirse y o difuminarse en las prácticas democráticas ya existentes, donde existan, y reforzarse para facilitarlas donde no existan.*

Além disso, *la solución pasa por la transformación del estado en un sentido plurinacional y descolonizador, que reconozca las autonomías indígenas y les dote de herramientas positivas para defender su soberanía territorial, que produzca instituciones diversas para realidades nacionales diversas y formas políticas diversas.*

Isso porque pensar em mudanças estruturais, como se pretende a definição da tecnologia social, requiere uma atuação de Estado condizente, conforme apontado acima, que no caso boliviano, passar por um desconstrução e reconstrução de um Estado, até então dominado por uma elite branca.

⁶⁸ Idem

Considerações finais

Conforme visto na questão da água, um forte desafio para o país é orquestrar a relação entre coletivos populares organizados e o Estado, de forma a conseguirem confluir seus trabalhos para efetivar as mudanças pretendidas. Nesse sentido, como tratar da tensão da relação de poder entre Estado e movimentos sociais? Todos tem participação e poder de decisão iguais? Como ter uma autogestão territorial junto ao Estado? Além disso, como fica a questão da efetivação das mudanças frente a negociação com a direita e com os poderes econômicos dos quais depende a economia do país? É com base nestas tensões que o governo atual segue equilibrando sua ação.

A proposta boliviana é tanto empreendida pelo Estado, o qual está a frente na articulação, mobilização e mudança social para redistribuição de riquezas; quanto pela histórica atuação dos movimentos sociais, que permitiu chegar ao poder um presidente indígena.

Outras questões que se abrem neste cenário é: Como pensar num Estado boliviano no futuro? Os futuros governos eleitos vão conseguir dar continuidade neste processo? Como garantir isso? O que significa tecnologia social com a participação do Estado?

Por mais que indagações a respeito do futuro do país fiquem no ar, são nas dinâmicas diárias do país que ocorrem suas rupturas e a busca por efetivar a proposta autônoma e plurinacional. Não será apenas na lei que irão traduzir as novas realidades, *los movimientos que dieron nacimiento a las nuevas constituciones de Bolivia tendrán que mantenerse y que fortalecerse para que se cumplan y se amplíen en la práctica los artículos sobre medio ambiente, plurinacionalismo y derechos sociales*⁶⁹.

O tema da tecnologia social foi visto com na experiência da organização com a água, na Conferência em Cochabamba e no levante aimara, quando ficou mais nítida a necessidade e a prática de um outro aparato tecnológico, que reflita a cultura e as transformações necessárias.

De acordo com a análise de Galván: *La crisis política boliviana seguirá abierta a medio plazo. El conjunto de los sectores desplazados del poder político mantienen prácticamente intacto su poder ideológico y económico, y con esas armas se oponen al proyecto de transformación política y*

⁶⁹ Disponível em: <http://www.counterpunch.org/cockcroft11282008.html>

cultural del que el MAS es a veces conductor y a veces mandatario. La polarización regional y la urbana/rural dificultan un posible acuerdo político, pero no parece haber muchas más salidas dentro del respeto a la voluntad popular. El bloque indígena y popular es la única fuerza capaz de conducir una refundación del país descolonial y soberana. Eso requerirá, inevitablemente, la integración subordinada de los grupos tradicionales de poder que estén dispuestos al entendimiento, y la minimización de la capacidad de desestabilización de los que no lo estén.

Os movimentos sociais bolivianos sabem que têm o papel de efetivar e construir um outro modelo de desenvolvimento, em que eles são os protagonistas, através de sua cultura, sua história e práticas autogestionárias e organizativas. A história boliviana já deu mostras de sobra de que isso é possível e necessário, quando dos diversos levantes e controles sociais, além das experiências recentes. Uma outra relação estado-sociedade também se efetiva com o a subida de Evo Morales, um primeiro grande passo para este ciclo de transformações, embora com diversos questionamentos e contradições como aponta Regalsky.

A tecnologia social pode ser vista como uma prática constante, porque, embora sem utilizar esta terminologia, os movimentos sociais bolivianos sabem que é imprescindível a mudança no padrão da técnica e da tecnologia, de que foram historicamente excluídos, e refazem e criam tecnologias de modo a ser apropriarem do espaço e do tempo, como ocorre nas experiências de gestão das águas e na auto-organização estruturada nos territórios.

Este avanço depende tanto da força dos coletivos, quanto da abertura e do apoio do estado, que longe da cooptação, possa ver na organização social o guia de suas ações.

Referências Bibliográficas

ARANDIA, Marcelo, Em La gestión territorial, el camino a seguir por las autonomías indígenas, 2009. **Revista America Latina en movimiento**. Disponível em: www.alainet.org. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. Las autonomías, una estrategia de transformación socioeconómica para el país...?. **Revista America Latina en movimiento**. Disponível em: www.alainet.org. Acesso em: 10 ago. 2009.

CARDONA, Ricardo, “Energía: Bolivia 2010 con el tecnosocialismo productivo y sostenible”. 2009. Disponível em: www.alainet.org. Acesso em: 10 ago. 2009.

COCKCROFT, James. **Processos revolucionários Enraizados em movimentos sociais e indígenas**. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/cockcroft11282008.html>. Acesso em: 10 ago. 2009.

CONFERENCIA Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra 22 de Abril Cochabamba, Bolivia, 2010. Disponível em <http://cmpcc.org/>. Acesso em: 10 abr. 2010.

CONSTITUCION. **Nueva Constitución Política del Estado** , Octubre 2008.

FOLHA ONLINE. Guerras e crises políticas marcam história da Bolívia, 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95537.shtml> . Acesso em: 10 ago. 2009.

DAGNINO, Renato Peixoto . **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP. IG/UNICAMP, 2009.

GALVÁN, Iñigo Errejón. Papeles de trabajo: **América Latina siglo XXI**” .“La crisis estatal en Bolivia. De la llegada al gobierno del Movimiento Al Socialismo a los Referendos revocatorios, 2008.

GUAYACUMA, Edgar F. Izurieta. **De la promulgación de la nueva Constitución y las posibilidades de cambio**. Disponível em: www.alainet.org

GUZMÁN, Ismael. Y se llamará Asamblea Legislativa Plurinacional. **Revista America Latina en movimiento**. Disponível no site: <http://www.alainet.org/>. Acesso em 10 dez 2009.

ISMAEL Guzmán e MARILUZ Guaj. Noción de desarrollo en el mundo indígena. 2009. **Revista America Latina en movimiento**. Disponível em: www.alainet.org. Acesso em 10 dez 2009.

LAROUSSE, Grande Enciclopédia Cultural. Ed. Nova Cultural, 1995, vol. 2, p. 79.

GUZMÁN, Ismael. Y se llamará Asamblea Legislativa Plurinacional. **Revista America Latina en movimiento**. Disponível no site: <http://www.alainet.org/>. Acesso em 10 dez 2009.

ISMAEL Guzmán e MARILUZ Guaj. Noción de desarrollo en el mundo indígena. 2009. **Revista America Latina en movimiento**. Disponível em: www.alainet.org. Acesso em 10 dez 2009.

LAROUSSE, Grande Enciclopédia Cultural. Ed. Nova Cultural, 1995, vol. 2, p. 79.

LEIGUE, Antonio Peredo. El agua es la mayor riqueza. Disponível em http://www.constituyentesoberana.org/3/noticias/agua/072009/090709_1.html.

LINERA, Alvaro Garcia. **La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**, 2008.

MANSUR, Vinicus. Nosso modelo não é comunista, mas comunitário, 2009. **Revista America Latina en movimiento**. Disponível no site: www.alainet.org. Acesso em: 27 ago. 2009.

MEZSÁROS, István. **O poder da ideologia**. Boitempo, Introdução, 2004

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e utopia**. Texto digitalizado.

Nueva Constitución Política del Estado , Outubro 2008.

REGALSKY, Pablo. Pablo Regalsky fala sobre a situação boliviana, 2007. **Revista debate socialista**. Entrevista disponível em <http://www.debatesocialista.com.br/pableregalsky.html> Acesso em: out de 2009.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. Editora Guanabara, RJ, 1986.

SILVA, Michelle Amaral da. Entrevista com Linera: Precisamos de uma Internacional de movimentos sociais. **Jornal Brasil de Fato**, 2009. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>. Acesso em 12 de dez 2009.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha** in Participação e participações: ensaios sobre autogestão, Ed. Babel Cultural, São Paulo, 1987.

ZIBECHI, Raúl. Cochabamba. De la guerra a la gestión del agua, 2009.

Revista Herramienta, debate e critica marxista. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-41/cochabamba-de-la-guerra-la-gestion-del-agua>. Acesso em: 27 ago. 2009.

Sites

<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>

<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=4826>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95537.shtml>^{HYPERLINK}

[http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95537.shtml"](http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95537.shtml)

<http://www.iela.ufsc.br/>

<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-41/cochabamba-de-la-guerra-la-gestion-del-agua>

<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/internacional/saude-para-dar-nao-para-vender-1/view>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u662502.shtml>

<http://cmpcc.org/>

<http://www.debatesocialista.com.br/pabloregalsky.html>

<http://www.counterpunch.org/cockcroft11282008.html>